

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO	15
1.1. Regimes de Previdência Social.....	15
1.2. A competência para legislar sobre Regime Próprio de Previdência Social e as normas gerais	17
1.2.1. Principais leis previdenciárias.....	20
1.3. O órgão gestor único. A São Paulo Previdência – SPPrev	20

Capítulo 2

CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	27
2.1. Introdução e histórico	27
2.2. A natureza jurídica das contribuições previdenciárias.....	39
2.3. Os contribuintes e as respectivas alíquotas	42
2.3.1. Os entes federados.....	42
2.3.2. Os servidores ativos	42
2.3.3. Os inativos e pensionistas.....	46
2.3.4. Os servidores afastados	52
2.4. A base de cálculo das contribuições previdenciárias devidas pelos servidores.....	54

Capítulo 3

SEGURADOS DO REGIME PRÓPRIO.....	63
3.1. Introdução – dispositivos constitucionais sobre o tema	63

3.2.	Segurados de acordo com a lei do Estado de São Paulo	64
3.3.	O acordo na ACO nº 1059 perante o Supremo Tribunal Federal	68
3.4.	A filiação previdenciária e o afastamento ou licenciamento do cargo efetivo	70
3.4.1.	Licenciamento, afastamento e cessão de servidor e o vínculo previdenciário	70
3.4.2.	Afastamento de cargo com prejuízo de vencimentos para ocupar cargo comissionado ou emprego público comissionado no âmbito do Estado de São Paulo	81
3.4.3.	Afastamento para ocupar mandato eletivo.....	87

Capítulo 4

BENEFÍCIOS.....	99
4.1. Aposentadoria.....	100
4.1.1. Definição.....	100
4.1.2. Modalidades.....	101
4.1.3. Histórico.....	101
4.1.3.1. A aposentadoria dos servidores públicos na Constituição Federal de 1988	101
4.1.3.2. A Emenda Constitucional nº 20/1998	104
4.1.3.3. A Emenda Constitucional nº 41/2003	124
4.1.3.4. A Emenda Constitucional nº 47/2005	135
4.1.3.5. A Emenda Constitucional nº 70/2012	136
4.1.3.6. A Emenda Constitucional nº 88/2015	140
4.1.4. Cálculo e reajuste dos proventos de aposentadoria.....	141
4.1.4.1. Cálculo pela “integralidade” e reajuste paritário	144
4.1.4.2. Cálculo pela “média”, sem limitação, e reajuste legal	151
4.1.4.3. Cálculo pela média, com incidência do teto do RGPS, e reajuste legal – servidores ingressantes após a implementação da previdência complementar.....	157
4.1.5. Aposentadoria por invalidez – Artigo 40, § 1º, I, da CF/1988 e artigo 6º-A da EC nº 41/2003	157

4.1.6. Aposentadoria compulsória por idade – Artigo 40, § 1º, II, CF/88...	171
4.1.7. Aposentadoria voluntária – artigo 40, § 1º, III, da CF/88, artigo 8º da EC nº 20/1998, artigos 2º e 6º da EC nº 41/2003 e artigo 3º da EC nº 47/2005	174
4.1.7.1. Os principais requisitos para a aposentadoria voluntária ...	175
4.1.7.1.1. Tempo de contribuição.....	175
4.1.7.1.2. Tempo de efetivo exercício no serviço público ...	178
4.1.7.1.3. Tempo de efetivo exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.....	181
4.1.7.1.4. Tempo no cargo e tempo na carreira.....	183
4.1.7.1.5. Ingresso no serviço público ou em cargo efetivo até o advento das reformas	186
4.1.7.2. As espécies de aposentadoria voluntária comum	191
4.1.7.2.1. Aposentadoria por idade e tempo de contribuição – artigo 40, § 1º, III, “a” da CF/1988:.....	191
4.1.7.2.2. Aposentadoria por idade – artigo 40, § 1º, III, “b” da CF/1988:.....	192
4.1.7.2.3. Primeira regra de transição – artigo 8º da EC nº 20/1998 – revogado pela EC nº 41/2003.....	192
4.1.7.2.4. Segunda regra de transição: artigo 2º da EC nº 41/2003.....	194
4.1.7.2.5. Terceira regra de transição – artigo 6º da EC nº 41/2003.....	196
4.1.7.2.6. Quarta regra de transição – artigo 3º da EC nº 47/2005 – “Fórmula” 85/95.....	197
4.1.7.3. Aposentadorias especiais.....	198
4.1.7.3.1. Professores que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio – artigo 40, § 5º, da CF/1988 e artigos 2º e 6º da EC nº 41/2003	199
4.1.7.3.2. Servidores que exercem atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física – artigo 40, §4º, III, da CF/1988	204

4.1.7.3.3.	Servidores portadores de deficiência - artigo 40, § 4º, I, da CF/1988.....	218
4.1.7.3.4.	Servidores que exercem atividade de risco – artigo 40, § 4º, II.....	222
4.1.8.	A competência para aposentar servidores públicos e a natureza jurídica do ato de aposentadoria no RPPS	229
4.1.9.	Efeitos da demora na concessão da aposentadoria – a inexistência do dever de indenizar – o artigo 126, §22, da Constituição Paulista	244
4.1.10.	Reflexos da aposentadoria sobre as penalidades funcionais.....	245
4.1.11.	Desaposentação no âmbito do RPPS	250
4.1.12.	Abono de permanência.....	254
4.2.	Pensão por morte.....	258
4.2.1.	Cálculo da pensão, reajuste paritário e reajuste por índice de inflação	262
4.2.2.	Cálculo da pensão e teto constitucional	271
4.2.3.	Beneficiários.....	274
4.2.3.1.	Introdução	274
4.2.3.2.	Cônjuge e companheiro(a).....	283
4.2.3.3.	Filhos	288
4.2.3.4.	Pais.....	289
4.2.3.5.	Irmãos	291
4.2.3.6.	Menor sob tutela, enteado e o caso do menor sob guarda....	292
4.2.3.7.	Pensão por morte no caso de concubinato	295
4.2.4.	Rateio, pagamento e reversão da pensão	297
4.2.5.	Perda da condição de beneficiário da pensão.....	306
4.2.6.	Cumulação de pensão com aposentadoria e teto remuneratório; cumulação de pensões	311
4.2.7.	A Lei Federal nº 13.135/2015 e sua repercussão no Regime Próprio de Previdência Social	316
4.2.7.1.	A questão do beneficiário que comete homicídio doloso contra o cônjuge segurado.....	317

4.2.7.2. Possibilidade de extensão da Lei Federal nº 13.135/2015 ao RPPS estadual	323
--	-----

Capítulo 5

CONTAGEM RECÍPROCA E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA..... 329

5.1. A compensação financeira entre regimes previdenciários como decorrência da contagem recíproca de tempo de contribuição.....	329
5.2. A Contagem recíproca e sua operacionalização por meio das certidões de tempo de contribuição.....	331
5.3. A compensação financeira – a Lei Federal nº 9.796/1999.....	349
5.4. Problemas relativos à compensação previdenciária – a vulneração imposta ao sistema pelas reiteradas negativas do RGPS em realizar compensação financeira de tempos certificados pelo INSS e regularmente computados pelos RPPS. O caso do tempo de atividade rural	356

Capítulo 6

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR..... 363

6.1. Introdução.....	363
6.1.1. Repartição simples e benefício definido; capitalização e contribuição definida; repartição de capitais de cobertura	363
6.2. Regime de Previdência Complementar (RPC) da União	368
6.3. O Regime Complementar de Previdência (RPC) no Estado de São Paulo .	380

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 391